

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897
ÓRGAM OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

ANO LIII

Março - Abril de 1949

Restaremos a lavoura cafeeira, nossa maior riqueza, baseando-a na melhoria da qualidade do produto

Prof. ARTHUR TORRES FILHO
Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura

Em 21 de maio de 1946 tive ocasião de apresentar ao Conselho Federal do Comércio Exterior uma indicação sugerindo que, por seu intermédio, fossem realizados estudos visando a reconstrução econômico-financeira da lavoura cafeeira. Fiz sentir que se fazia mister traçar os rumos seguros em bases técnicas, econômicas e comerciais, que impedissem a decadência dessa fonte de riqueza do país. Era preciso, como salientei, garantir ao Brasil o domínio que possuía da produção cafeeira no mundo, tratando-se de uma riqueza que dificilmente poderíamos substituir por outra, principalmente nos mercados internacionais.

Nessa indicação salientei o fato de que a questão cafeeira em nosso país estava sendo encaminhada, principalmente, em seu aspecto comercial, objetivando a garantia de preços altos nos mercados internos. Havíamos enveredado pela chamada valorização e em consequência dela a produção se avolumou com o estímulo da plantação, sem cuidarmos da qualidade do produto, favorecendo antes o aparecimento de competidores mais avisados no mercado internacional. Na safra de 29-30 alcançávamos uma produção de 28.942.000 sacas, o máximo obtido até então no país. Isso deu lugar à intervenção oficial para o restabelecimento do equilíbrio estatístico, pelo convênio dos Estados produtores, em 1931, criando-se a taxa de 10 shillings por saca de café exportado para compra do excesso da produção destinada à queima. Em 1933 esse Conselho era transformado em Departamento Nacional do Café, subordinado ao Ministério da Fazenda, cuja função precípua era eliminar os excedentes da exportação e queimá-los.

Mais tarde essa compra tornou-se onerosa para os produtores com a criação das quotas de sacrifício e chegámos à eliminação de cerca de 80.000.000 de sacas. Ao invés de bases econômicas e para a produção e melhoramento da qualidade do produto, a orientação seguida foi a da política da alta de preços. Ao mesmo tempo proibiam-se as plantações e sobrecarregava-se o produto colhido com quotas de sacrifício e de equilíbrio e elevação constante de impostos e taxas.

Em 1937 cogitou-se sensatamente de dar liberdade ao comércio e eliminar-se as taxas que oneravam o café, visando permitir ao país competir no mercado internacional com seus concorrentes, principalmente a Colômbia, que elevou fortemente sua produção à custa dos sacrifícios da produção brasileira. Como salientei um dos nossos técnicos, à sombra das valorizações artificiais, a cafeicultura no Brasil converteu-se em verdadeira aventura. Esquecemos o que tínhamos a fazer — melhorar a qualidade da nossa produção e abaixar seu custo, porque enquanto os outros países, como a Colômbia, aumentavam suas culturas e vendiam totalmente suas safras por motivo das boas qualidades, o Brasil retinha sobras vultosas, geralmente de cafés baixos. Foi então que Fernando Costa, Secretário da Agricultura de São Paulo e depois Diretor do Departamento Nacional do Café, orientou a política cafeeira no sentido da produção de cafés finos.